

Avança projeto que estabelece regras para futuros impostos

O relator Eduardo Braga apresentou o projeto de lei complementar no plenário. Ao final, foram 49 votos a favor e 19 contrários

Regulamentação da reforma tributária é aprovada no Senado

Congresso

Proposta detalha as regras para cobrança dos novos impostos, com diversas ressalvas. Texto volta para a análise dos deputados

Por 49 votos a favor e 19 contrários, o Senado aprovou ontem o projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária. A proposta detalha as regras para a cobrança dos três novos impostos sobre o consumo criados pela reforma promulgada no ano passado.

Após período de transição, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) serão unificados e a cobrança será dividida em dois níveis – federal, com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e estadual e municipal, com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Também haverá o Imposto Seletivo, sobretaxa que visa desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao ambiente.

O texto já havia sido aprova-

do na Câmara, porém, como os senadores realizaram mudanças nas regras, o projeto volta para a análise dos deputados.

Na votação, ontem, o governo federal tentou reincluir as armas e as munições no Imposto Seletivo, mas acabou derrotado. Quando a regulamentação foi aprovada na Câmara, as armas e as munições já estavam fora desse imposto, mas o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), decidiu introduzi-las novamente na tributação. Porém, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a oposição conseguiu aprovar a exclusão.

Na comissão, também foram retiradas as bebidas açucaradas, como refrigerantes e sucos industrializados, da lista de alvos do Imposto Seletivo, conforme havia sido aprovado pela Câmara. O plenário do Senado não alterou essa mudança da CCJ.

Erva-mate isenta

O texto manteve a isenção de impostos para produtos da cesta básica, como carnes, queijo, arroz, feijão, massas e café. E incluiu a erva-mate nessa lista.

Entre outras modificações, o relator ampliou os benefícios concedidos às empresas instala-

das na Zona Franca de Manaus e atribuiu critérios objetivos para a tributação de pessoas físicas que obtenham renda com a compra, venda, cessão e arrendamento de imóveis.

O cashback também foi ampliado para abarcar serviços de telecomunicação, como telefonia e internet. O texto da Câmara já previa a devolução de 100% da CBS e de pelo menos 20% do IBS para gás, água e esgoto e energia elétrica. Na cesta básica, o óleo de soja saiu da lista de alimentos com imposto zero e foi para a alíquota reduzida a 60% da padrão.

Também foi mantida a mudança aprovada na CCJ a qual equipara o regime específico de tributação para saneamento ao estabelecido para saúde humana, com redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.

Braga também incluiu dispositivo para viabilizar a criação do Comitê Gestor do IBS. Essa definição estava no outro projeto de lei da reforma tributária, que ainda não avançou na tramitação no Senado. A inclusão do dispositivo atende a pedido do Ministério da Fazenda e também dos governos regionais, para viabilizar a operacionalização do sistema ao longo de 2025. —

O maior IVA do mundo?

Na leitura de seu parecer, na segunda-feira, o senador Eduardo Braga disse que as mudanças em seu relatório representavam impacto de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota do imposto sobre valor agregado (IVA) – o que levaria a alíquota média para 28,1%.

No entanto, com as novas mudanças, a alíquota deve ir para pelo menos 28,55%, com o impacto de 0,38 ponto pela equiparação do saneamento aos serviços de saúde e de 0,07 ponto pela retirada das bebidas açucaradas do Imposto Seletivo. E há concessões menores que ainda não entraram no cálculo, como o desconto na tributação de academias e de bolachas.

Caso se confirme o IVA nesse patamar, seria o maior do mundo. Atualmente, a Hungria tem o maior IVA, de 27%.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias **Página:** 8